

Vamos falar sobre masculinidades?



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos
Direitos da Mulher



Escola
da Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

EXPEDIENTE

Texto
**Núcleo Especializado de Promoção
e Defesa dos Direitos da Mulher**

Revisão
**Coordenadoria de Comunicação
Social e Assessoria de Imprensa da
Defensoria Pública do Estado São Paulo**

Projeto Gráfico
**Coordenadoria de Comunicação
Social e Assessoria de Imprensa da
Defensoria Pública do Estado São Paulo
e EDEPE - Escola da Defensoria
Pública do Estado de São Paulo**

Junho de 2018

Sumário

O que é ser homem?	05
O que é feminilidade dominante e masculinidade dominante?	06
Aprendendo conceitos	10
Machismo versus masculinidade	11
Tá, mas e daí?	12
Ser homem é ser violento?	13
Como esse comportamento é reproduzido?	15
Quem ama, controla?	18
A violência doméstica e familiar contra a mulher: para que serve a Lei Maria da Penha?	20
A Lei Maria da Penha fala dos homens?	23
Como posso mudar?	24
Qual o papel da Defensoria?	25
Serviços de Acolhimento e Reflexão para Homens Autores de Violência Doméstica	26

O que é ser homem?

Você já reparou que homens e mulheres são tratados de forma diferente em nossa sociedade em razão do sexo ao qual pertencem? Desde pequenas, as crianças são separadas de acordo com o órgão genital que elas têm ao nascer. Para as meninas, brinquedos de cozinha, bonecas, fantasias de princesas etc. Para os meninos, bola, skate, armas de brinquedos, espadas etc. Além das cores é claro, rosa para meninas e azul para meninos.

Por quê? Por que os homens têm que mostrar coragem e força e as mulheres, fragilidade e dependência? Todo homem nasce forte e corajoso? Toda mulher é frágil e dependente? Tem que ser assim? Se existem mulheres e homens que nascem diferentes disso, como podemos afirmar que esses traços são naturais, e não criados pelas pessoas?

O que é “feminilidade dominante” e “masculinidade dominante”?

feminilidade

“Feminilidade dominante (ou padrão)” é o conjunto de ideias que se acostuma atribuir às mulheres por pertencerem ao sexo feminino, e nisso podemos incluir a passividade, a sensibilidade, a compreensão, a delicadeza etc.

Alguns dizeres populares reproduzem esses ideais de feminilidade, como “mulheres devem perdoar os maridos”; “mulheres não conseguem comandar”; “meninas brincam dentro de casa”; “mulheres são dramáticas e choronas”; “mulheres são histéricas”; “mulheres possuem TPM, por isso, são descontroladas”; “mulheres são impulsivas”; “mulheres são traidoras”, entre outros.

masculinidade

Por sua vez, a “masculinidade dominante (ou padrão)” reúne características em torno dos homens, que se justificariam pelo fato de pertencerem ao sexo masculino, como a agressividade, dominação, insensibilidade etc. Seguindo esse raciocínio, o padrão dominante do que é ser homem corresponde às seguintes ideias: “homem que é homem não chora”; “o homem deve dar a última palavra a qualquer custo”; “o homem nunca deve demonstrar medos e inseguranças”; “o homem não deve tolerar o questionamento de sua autoridade”; “o homem é o chefe da família”; “o homem deve controlar os rendimentos da casa”; “homem deve demonstrar dureza e ter pulso firme” etc.



No entanto, se pensarmos em duas pessoas, ignorarmos seus sexos e a elas atribuirmos tais características, é fácil perceber que as características atribuídas às mulheres são vistas como inferiores, enquanto que as atribuídas aos homens são vistas como superiores. É melhor ser forte, corajosa e determinada ou frágil, sensível e obediente? E se nenhum é melhor que o outro, se são características apenas diferentes, por que não podemos misturá-las entre homens e mulheres?

Parece, então, que ser homem é negar todas as características femininas, assim como ser mulher é também negar as características masculinas. Mas, na medida em que as características femininas são vistas como inferiores, se algum homem aparentar qualquer traço desse tipo, é tratado com inferioridade pelos outros. Por exemplo, “Mulherzinha” é um xingamento que, desde pequenos, homens que demonstram sensibilidade ouvem dos demais.

Se existem homens que são diferentes dos outros, que não seguem as regras da masculinidade dominante, é lógico concluir que as características tidas como “de homem” são aprendidas através da repetição de gestos, atitudes e falas direcionadas desde que nascemos.

Aprendendo conceitos:

Esse padrão dominante de feminilidade e masculinidade faz parte da construção do gênero feminino e do gênero masculino. Por gênero, entendemos a construção cultural e histórica de padrões impostos a homens e mulheres, que formam e encaixam as pessoas desde o nascimento em “gavetas de gênero”.

Dentro dessa construção, é preciso lembrar que existem pessoas que não se identificam com o gênero imposto pelo nascimento. São as pessoas transgêneros, transexuais e travestis. Por exemplo, uma pessoa pode ter sido identificada como do gênero feminino ao nascer, mas possuir uma identidade de gênero masculina – é o caso dos homens trans. As pessoas que não se encaixam ao gênero de nascimento, são chamadas de “transgêneros” ou “trans”.

As pessoas trans desafiam as regras da masculinidade e feminilidade dominante, demonstrando que existem diversas formas de “ser mulher” e “ser homem”, independente do órgão sexual.

As pessoas que se identificam com o gênero de nascimento são chamadas de cisgênero ou cis.

A orientação sexual representa a direção do desejo da pessoa. Se classifica as pessoas em heterossexuais, quando o seu desejo se orienta para o gênero oposto, homossexuais, quando o seu desejo se orienta para o mesmo gênero, ou bissexuais, quando o seu desejo se orienta para ambos os gêneros.

A grande questão é: existem diversas masculinidades e feminilidades e todas merecem ser respeitadas, desde que não sirvam para propagar o machismo.

Machismo *versus* masculinidade

Homens e mulheres são seres históricos e desde a infância aprendem a agir de determinadas formas. Desse modo, as pessoas são, pelo menos em parte, reflexo desses processos de aprendizado e socialização.

Discutir masculinidade significa romper com um padrão FIXO, LIMITADOR e PRÉ-MOLDADO do que é ser homem. O mesmo se aplica quando se discute feminilidade. O que se pretende, portanto, é dar liberdade para que as pessoas possam sair das “caixinhas” dos comportamentos pré-determinados para homens e para mulheres. Exemplo: (a) Não dizer que um homem é menos homem porque sua esposa ganha mais do que ele; (b) Não julgar a masculinidade de um homem que permite que sua esposa saia sozinha; (c) Não dizer que é conduta de “mulherzinha”, um homem gostar de assistir um filme romântico.

Nota-se, portanto, que muitas condutas tidas como tipicamente “masculinas” são reflexo do machismo. Mas, o que é machismo? Machismo é toda forma de discriminação às mulheres, que tenha como objetivo inferiorizar, controlar e desqualificar uma pessoa pelo simples fato de ser mulher.

De tal modo, todo comportamento considerado “masculino” que tiver a intenção de controlar, menosprezar e discriminar uma mulher ou o “gênero feminino”, deve ser questionado e repensado. Também se deve reprovar as condutas tidas como “masculinas” que discriminam a população LGBTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais).

O objetivo é extinguir aquelas condutas consideradas masculinas que sejam discriminatórias ou que reproduzam um padrão de masculinidade que restringe a possibilidade dos homens se comportarem de forma mais livre, sem sofrerem preconceitos.

Tá, mas e daí?

Falar de masculinidade, assim, é falar de uma pressão social intensa que se coloca sobre os homens (cis e trans) para que “se comportem como homens”, em qualquer ambiente que estejam, senão são tratados como inferiores. Todo homem aprende, desde pequeno, que “homem não chora”. Não chora mesmo? E por que não pode chorar? É coisa de “mulherzinha”?

Por isso entendemos que é importante conversarmos sobre masculinidade, pois precisamos perceber como os meninos são obrigados a, desde cedo, negar quem são, esconder seus sentimentos para demonstrar uma força, uma insensibilidade, que não é natural, ou seja, não decorre automaticamente do fato de terem nascido do sexo biológico masculino. Caso contrário, bebês do sexo masculino não chorariam.

A imposta necessidade dos homens sempre se colocarem como “machos” e não poderem reconhecer as suas fraquezas limita os próprios homens. Nesse sentido, muitas vezes, os homens se sentem “menos homens”, não podendo admitir os seus erros e limitações, desde situações mais simples, como não saber trocar um pneu, até situações mais complexas, como o desemprego ou o trato com a família.

Essas regras do que é “ser homem” trazem graves consequências nas relações com outros homens e com mulheres. Enquanto ensinamos aos nossos meninos e damos o exemplo da dureza, da indiferença e da falta de emoção, somos e continuaremos a ser menos verdadeiros conosco mesmos e, enquanto seres humanos, menos completos.



Ser homem é ser violento?

Os meninos são ensinados a impor suas vontades por meio da força, da violência se necessário, a fazer valer suas opiniões. E isso gera problemas.

Segundo o Mapa da Violência de 2015, 94,2% das vítimas de homicídio por armas de fogo no país, em 2012, eram homens, sendo que 59% possuíam entre 15 a 29 anos¹. Esses dados revelam que o número de mortes em locais públicos, em decorrência da violência urbana nas grandes cidades, ocorre principalmente entre jovens do sexo masculino, sendo a maioria negros. E isso não acontece sem razão. Se os meninos e jovens são educados a se comportarem de forma agressiva, a não demonstrarem medo e a assumirem uma postura de agressividade (“não levar desaforo para casa”) para serem “homens de verdade”, então, a violência nas ruas, à vista de todos, é uma forma de ser homem.

¹ Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>.



Se os homens estão mais expostos à violência urbana, as mulheres, em razão das regras criadas e impostas aos homens e às mulheres por meio da cultura são as principais vítimas da violência doméstica, aquele que acontece dentro do lar e nas relações amorosas. Se o homem aprendeu a ser agressivo e violento quando criança, se é agressivo e violento na rua, as chances desse comportamento se repetir em casa são enormes.



Assim, podemos ligar a violência doméstica também à masculinidade. A insegurança, a violência psicológica e física e, em casos mais extremos, a morte de mulheres se dá pelas mãos de homens, “machos” que aprenderam a ser agressivos quando crianças, que são agressivos na rua e, em casa, acabam sendo do jeito que aprenderam ser: agressivos com suas companheiras, pais, irmãos, filhos etc.



É fundamental entender que a violência doméstica é consequência do padrão de masculinidade dominante que foi descrito acima. A convivência gera conflitos, e se os homens foram educados, toda a vida, a tratar conflitos com agressividade e violência, é praticamente automática a reprodução desse comportamento em casa.

Como esse comportamento é reproduzido?

Embora seja possível mencionar algum episódio de violência doméstica em que um homem (cisgênero) foi vítima, as pesquisas revelam que majoritariamente são as mulheres que sofrem violência de seus maridos, companheiros, namorados, irmãos, “ficantes” etc.


A educação diferenciada entre homens e mulheres e os valores de feminilidade e masculinidade compartilhados são determinantes para as mulheres serem mais vulneráveis e expostas à violência doméstica do que os homens.

Quando uma mulher discorda ou não corresponde ao comportamento que lhe é esperado (ser dócil, obediente e estar à disposição da família), provocará reações por parte de seu companheiro, que poderão ser intensificadas para uma atitude violenta. A atitude violenta desse companheiro é também o comportamento esperado de um “homem de verdade”, se entendermos como correto esse padrão de masculinidade.

Alguns dados ajudam a perceber como a violência contra a mulher está presente em diversas atitudes que são entendidas como naturais em relacionamentos:

Segundo a pesquisa “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?” (Data Popular/Instituto Avon, 2014)²:

² Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/DATAPOPULAR_AVON_violenciajovens.pdf

- 
- * um terço das mulheres já foi xingada ou impedida de usar determinada roupa,*
 - * 40% declaram que o parceiro tentou controlá-las por meio de ligações telefônicas para saber onde e com quem estavam*
 - * 53% das jovens já tiveram mensagens ou ligações no celular vasculhadas.*
 - * Uma em cada três jovens também já foi proibida de conversar virtualmente com amigos, sofreu invasão da conta de alguma das redes sociais utilizadas e até mesmo amizades virtuais foram excluídas pelo parceiro.*
 - * 51% também declaram compartilhar a senha do celular, 46% fazem o mesmo com a chave de acesso às contas de Facebook e 34% já repassaram os caracteres de identificação de seus e-mails pessoais em um relacionamento.*
 - * 37% das jovens que responderam à pesquisa também afirmam ter tido relação sexual sem preservativo por insistência do parceiro, o que ajuda a explicar o crescimento da contaminação pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis entre jovens.*

** 51% já sofreram ameaças, foram seguidas pelo ex, ou este ficou enviando mensagens ou ainda espalhando boatos sobre a mulher.*

** Quase metade das entrevistas declararam que tiveram que tomar alguma atitude para cortar contato com o ex, incluindo deixar de frequentar lugares onde iam regularmente, mudar o número do celular, parar de usar redes sociais e até mesmo mudar de telefone residencial ou endereço ou local de trabalho. Apenas 2% declaram ter registrado boletim de ocorrência.*

Segundo o Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres (produzido pela Flacso - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais)³:

** A taxa de homicídios contra mulheres no país aumentou 8,8% entre 2003 e 2013. Entre 1980 e 2013 foram assassinadas 106.093 mulheres, 4.762 só em 2013.*

** 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil são cometidas por familiares. Desse total, 33,2% são parceiros ou ex-parceiros.*

** No período estudado, em média, 11 mulheres foram assassinadas no Brasil todos os dias. Mais da metade delas, 55%, eram negras.*

** Enquanto o número de homicídio de mulheres brancas reduziu 9,8% entre 2003 e 2013 (de 1.747 para 1.576), os casos envolvendo mulheres negras cresceram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875.*

** O Brasil é o quinto país mais violento para mulheres em um ranking de 83 nações que usa dados da OMS (Organização Mundial de Saúde).*

Segundo o relatório “A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans”, elaborado pela Rede Trans Brasil, o Brasil lidera o assassinato de pessoas trans no mundo .

³ Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

⁴ Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/brasil-lidera-assassinatos-de-pessoas-trans-no-mundo-30012017>.

Quem ama, controla?

O controle das ações e das condutas das mulheres por seus companheiros também é uma forma da violência doméstica.

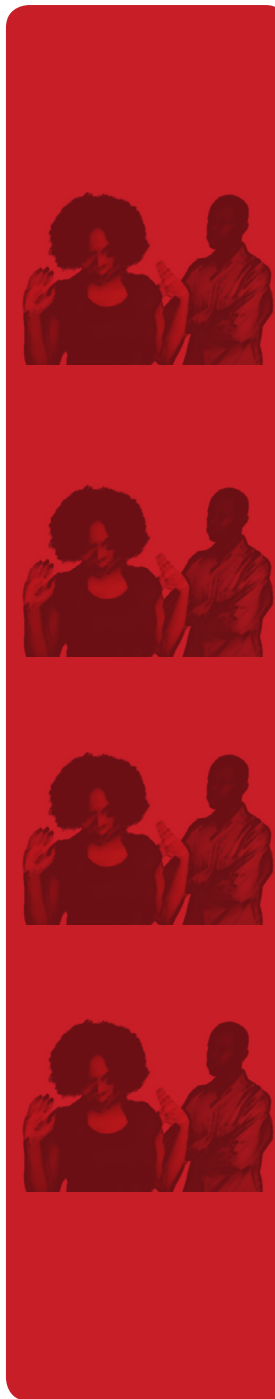
A violência contra a mulher não se manifesta apenas nas agressões físicas, mas também em atitudes que passam despercebidas ou são naturalizadas.

Essas atitudes são realizadas por meio de violências verbais, psicológicas, morais e patrimoniais que, mesmo quando realizada com a justificativa de que é “por amor” (por exemplo: “não quero que use essa roupa, porque eu quero te proteger e cuidar de você”), acabam “dando um recado” às mulheres sobre o que podem e o que não devem fazer.

Danificar ou furtar roupas e documentos, afastar a mulher de familiares e amigos, xingamentos, chantagens emocionais, perseguição, determinar tipos de roupas, lugares e comportamentos que deve adotar, dentre outras atitudes refletem uma tentativa de impor a vontade, seguindo a lógica do padrão de masculinidade dominante. Essas formas de violências, algumas vezes justificadas como demonstração de carinho e atenção, acabam intensificando o quadro de violência doméstica.

As mulheres, por acreditarem mesmo que devem se submeter a essas formas de “afeto”, cedem aos companheiros, e cada vez se isolam mais e deixam de fazer valer suas vontades. Nesse processo, sua autoestima fica dependente da vontade dos companheiros, ficando, por consequência, mais vulneráveis a agressões físicas e sexuais. Essa violência psicológica, além da dependência econômica, é o que mantém muitas mulheres em relacionamentos abusivos.

Os filhos e as filhas frutos dessas relações sofrem e guardam marcas eternas, seja rejeitando os pais ou reproduzindo tais formas de relacionar, ou seja, todos os envolvidos sofrem com relacionamentos abusivos.



A violência doméstica e familiar contra a mulher: para que serve a Lei Maria da Penha?

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) surgiu como uma maneira do poder público interferir nas situações de violência doméstica contra a mulher, buscando impedir que os atos violentos se agravem e que haja mais danos psicológicos, morais, sociais e físicos às mulheres (mas também aos homens).

A Lei “mete a colher em briga de marido e mulher” em razão desses desequilíbrios existentes dentro dos relacionamentos

Conhecer a origem da Lei Maria da Penha é importante para entender melhor o que queremos dizer.

A Lei foi criada a partir do caso de Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de assassinato por parte de seu companheiro e, por consequência dessas agressões, ficou paraplégica.

A importância da aprovação da Lei nº 11.340/06 foi a contribuição ao debate sobre violência doméstica, que se espalhou pelo país, mostrando a gravidade e a invisibilidade de uma violência que até então não era conhecida ou percebida como tal. Diferente do que muitas pessoas pensam, a Lei não tem como objetivo principal prender os homens.

A Lei Maria da Penha vem para proteger as mulheres (travestis, trans e cis). Nesse sentido, prevê que é violência doméstica:

a) a violência física, desde agressões que gerem danos permanentes até empurrões, beliscões etc;

b) a violência psicológica, “entendida como qualquer conduta que cause dano emocional à mulher” (por exemplo: proibir a mulher de ter contato com amigos; dizer que ela “não encontrará outro homem que lhe aguarde”; ameaçar de ficar com os filhos, caso a mulher queira se divorciar etc).

c) a violência sexual, “entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada” (por exemplo: forçar um ato sexual não desejado; forçar a realização de ato sexual, sem camisinha; pressionar a esposa/companheira para que realize um aborto etc).

d) a violência patrimonial (por exemplo: reter documentos; rasgar roupas; destruir utensílios ou bens que sejam importantes para a mulher; trocar a fechadura da residência comum; ameaçar vender o bem comum do casal e não partilhar o valor adquirido, caso a mulher busque a separação);

e) a violência moral (por exemplo: difamar a mulher para os vizinhos; utilizar xingamentos etc).

Essas formas de violência doméstica podem ocorrer com as mulheres de todas as classes sociais e de diferentes faixas etárias. Assim, uma menina, de 14 anos, que sofre abuso sexual do pai, também estará protegida pela Lei Maria da Penha. Da mesma forma, uma senhora, de 60 anos, que sofra violência física do neto, também poderá se valer da Lei Maria da Penha.

É preciso lembrar também da violência doméstica que atinge as mulheres trans e travestis, como a expulsão de seus lares e a não aceitação da sua identidade de gênero.

Para serem protegidas, as mulheres podem solicitar as medidas protetivas, previstas na Lei Maria da Penha, que buscam evitar que a situação de violência se agrave e afete ainda mais os envolvidos. Entre as medidas protetivas estão: afastamento do lar do homem autor da violência; proibição de contato por qualquer meio (celular, internet etc); suspensão de visitas, entre outras.

Todas essas medidas, antes de punir os homens, buscam proteger as mulheres (travestis, trans e cis). A intenção é realizar um “corte” no ciclo da violência doméstica, para evitar tragédias.

Essa busca da Lei Maria da Penha vem reforçar que a violência doméstica não é resultado de um problema familiar, mas um reflexo dos padrões comportamentais e culturais aprendidos pelos homens e mulheres, que reproduz desigualdades no ambiente familiar.

A Lei Maria da Penha fala dos homens?

A Lei Maria da Penha, entendendo a necessidade de incluir os homens na luta pelo fim da violência doméstica, prevê a criação de grupos de reeducação para homens autores de violência doméstica (artigos 35, V e 45 da Lei Maria da Penha). Esses grupos discutem temas relacionados ao cotidiano dos homens e refletem sobre os sofrimentos emocionais e mentais decorrentes das pressões dos papéis sociais que os homens se sentem obrigados a seguir.

Os grupos de reflexão não servem para dar “sermão” aos homens, mas criar um espaço em que possam se expressar e discutir ideias. Muitos homens, após participarem, relatam que descobriram que aquela violência também os prejudicava e que era reflexo de uma aprendizagem de comportamentos equivocados, ensinados desde a infância.

A ideia, portanto, é dar voz aos homens, para que eles possam criar uma forma de vivenciar a masculinidade sem violência!

Como posso mudar?

Como mostramos, os homens (cis e trans) têm um papel importante no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. São atitudes simples, mas que podem contribuir na reflexão sobre o tema e evitar que essa violência se agrave. Citamos algumas, como:

- Conversar com seus amigos e familiares homens se perceber que estão envolvidos em alguma situação de violência doméstica. É um importante passo entender-se como agente multiplicador das reflexões a respeito da violência em espaços nos quais as mulheres não estão, como em uma roda de amigos.
- Acabar com a divisão de tarefas e de tratamentos desiguais a meninos e meninas nos espaços familiares
- Intervir nas situações de violência doméstica que presenciar, separando o homem autor da violência e acalmando os ânimos.
- Perceber imposições de comportamento às mulheres que são consequência de uma naturalização do que é ser mulher. Um exercício importante seria imaginar se essa atitude seria exigida de um homem e, se não, por quê. Se a resposta encontrada for “porque ele é um homem e ela é uma mulher”, trata-se exatamente de uma reprodução do machismo.
- Não partir para a agressão quando em uma discussão com esposa/companheira/namorada, buscando sempre o diálogo como melhor forma de resolver os conflitos. Temos certeza que isso fará seu relacionamento mais feliz!

Qual o papel da Defensoria Pública?

A Defensoria Pública, conforme o artigo 28 da Lei Maria da Penha, deverá atender as mulheres em situação de violência doméstica, ingressando com pedidos de medidas protetivas, ações de família e/ou cíveis.

Contudo, os homens também serão defendidos pela Defensoria Pública, nos casos criminais, nas ações de família e/ou cíveis. Assim, em caso de dúvida, os homens também podem procurar a Defensoria.

Serviços de Acolhimento e Reflexão para Homens Autores de Violência Doméstica

Capital

Organização Social de Saúde “Casa de Isabel”

Atendimento terapêutico-psicológico dos homens autores de violência.

Endereço: Professor Zeferino Ferraz, 486,
CEP: 08120-380, Itaim Paulista, São Paulo-SP.
Telefones: (11) 2025-3271 / (11) 2566-1110

Projeto Construindo Novos Valores

Atendimento individual e em grupos

Responsável: Rosita da Cruz
Endereço: Rua Luís Baldinato, 09, Jardim Ângela, CEP: 04935-100, São Paulo-SP.
E-mail: construindonovosvalores@outlook.com

Coletivo Feminista Saúde e Sexualidade

Responsáveis: Leandro Feitosa de Andrade,
Tales Furtado Mistura e Sérgio Barbosa.
Rua Bartolomeu Zunega, 44, Pinheiros, CEP: 05426-020, São Paulo – SP.
Telefone: (11) 3812 – 8681.
E-mail: mulheresorg@gmail.com

Grande São Paulo

E agora, José?” – Santo André - Grupo Socioeducativo para Homens Condenados pela Lei Maria da Penha

Contato: forumgeneroemasculinidadesabc@gmail.com e
<https://forumgeneromasculinidadesabc.wordpress.com/category/reuniao/>

“Homem sim, consciente também” – Delegacia de Defesa da Mulher de Diadema

Endereço: Rua Santa Rita de Cássia, 42, Centro, CEP: 09911-270, Diadema – SP.
Telefones: (11) 4056-1086 – 4043-2856.

Interior

Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – UFScar

Endereço: Rodovia Washington Luis, km 235 – São Carlos, SP
E-mail: laprev_ufscar@yahoo.com.br
Telefone: (16) 3351 – 8745

Grupo de reflexões com agressores em Presidente Prudente

Endereço: Rua Ulisses Ramos de Castro, 268, Bosque,
CEP: 19010-110, Presidente Prudente, SP
E-mail: creas_mulher@recriaprudente.org.br

ONG CIM - Centro de Integração da Mulher

Centro de reabilitação dos autores de violência doméstica
Endereço: Rua Coronel José de Barros, 138, Centro, CEP: 18035-620, Sorocaba-SP
E-mail: contato@cimmulher.org.br
Telefone:(15) 3342-6997.

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

www.defensoria.sp.def.br

Telefone (na capital): 0800 773 4340

**Núcleo Especializado de Promoção
e Defesa dos Direitos da Mulher**

Rua Boa Vista, 103, 4º andar - Centro, São Paulo/ SP.

Telefone: (11) 3101.0155 ramais 233/238

e-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.def.br